

## **Vivendo e desaprendendo**

*Incontinência de gastos e recrudescimento protecionista minam o Plano Real*

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

O País atravessa um momento de grande vulnerabilidade e as decisões tomadas no curto prazo poderão ter importantes implicações para o próximo quadriênio. A novidade do Plano Real, em relação às fracassadas tentativas prévias de estabilização entre 1986 e 1991, residiu na astuta forma de desindexação da economia e no reconhecimento de que ajuste fiscal e abertura comercial eram pré-requisitos essenciais ao seu sucesso. O retrospecto recente do governo em relação à manutenção dos pré-requisitos necessários ao sucesso permanente do real não é bom. A deterioração da posição fiscal, assinalada desde muito por analistas independentes e negada pelo governo em meio a uma certa autoconfiança triunfalista, é hoje reconhecida por todos. O compromisso do governo com a liberalização comercial, elemento essencial de controle, via mercado, dos preços praticados no mercado interno, vem sendo lenta e gradualmente revertido. A deterioração dos níveis de popularidade do presidente nas prévias eleitorais indica como possível um segundo turno nas eleições. O perigo é que o candidato oficial se mostre, mais uma vez, disposto a correr considerável risco econômico na tentativa de reduzir o risco de ter de disputar o segundo turno. Isso porque a forma consagrada de reduzir o risco político é afrouxar os cordões da bolsa e conceder mais uns quantos favores seletivos aumentando a tarifa ou assegurando crédito oficial barato. O problema é que a deterioração adicional desses dois importantes esteios do programa de estabilização reduzirá bastante a credibilidade de uma reversão da tendência após as eleições e, portanto, a probabilidade de um bom desempenho no segundo mandato. Uma das lições aprendidas do passado é como são poderosas as resistências à mudança dos lobbies de comensais de favores do Estado.

No terreno da política comercial, em que o jogo da economia política é mais explícito, pode perceber-se nítida regressão ao atavismo protecionista mesmo em relação ao início deste ano. A opinião pública é entorpecida por declarações tendenciosas de defensores históricos do protecionismo. Até mesmo a indecente política japonesa de proteção ao arroz tem sido mencionada como justificativa do protecionismo para a manutenção de emprego. Entretanto, pesquisas do próprio governo indicam que a relação entre desemprego e abertura é extremamente tênue. Talvez um estudo mais detido do protecionismo japonês faça ver aos defensores do protecionismo que quem planta arroz no Japão em geral tem outro emprego. O exemplo é, além disso, particularmente infeliz dado o interesse brasileiro em dismantelar o protecionismo agrícola das economias desenvolvidas.

O governo, por seu lado, divide-se entre o varejo da tentativa de administração de vantagens comparativas em substituição ao mercado e declarações autocongratulatórias quanto à perspicácia da política comercial recente. A palavra de ordem parece ser a crença na mão visível, mesmo que reconhecidamente torta, a julgar-se pelo desempenho no passado mais recente. O Ministério da Indústria, Comércio e Turismo concentra parte substancial de seus esforços na seleção dos bens de capital que vão, depois de incontáveis mudanças de política, afinal compor a lista de ex-tarifários, ou seja, admitidos com tarifa de 5%. Já foi anunciado que não será possível “atender a um número tão elevado de pedidos”. É a consagração, mais uma

vez, da política do guichê. Estuda-se, também, a aplicação seletiva de incentivos às exportações em setores julgados mais promissores pelo governo. Um lamentável debate divide os técnicos do BNDES e do Ministério das Comunicações quanto à porcentagem de conteúdo nacional mínimo que deverá ser incluída em editais de privatização de serviços de telefonia. Deveria ser 0%. Estímulos a investimentos específicos baseiam-se, também, em conteúdo nacional e em desempenho exportador mínimos, em contradição com a legislação internacional. Manteve-se a posição favorecida da indústria automobilística. Em desafio às leis da gravidade, a queda do imposto de importação sobre carros será de 20%, como acertado com o Mercosul para 2000, para 35%, a tarifa máxima consolidada na Rodada Uruguaí. A guerra fiscal entre Estados reduziu o investimento externo efetivo em alguns destes projetos a 30% do seu valor total. Por que será que a indústria automobilística necessita de proteção tão alta para sobreviver à concorrência?

Foi criado o neologismo “adensamento” da cadeia produtiva, o que traduzido em vernáculo quer dizer: subsidiar seletivamente a produção nacional substitutiva de importações de insumos. Agora, a nova “política” é a “isonomia” competitiva, o que quer dizer em português: equalizar seletivamente as condições de acesso de produtores nacionais a insumos e financiamento. Isto parece ser uma versão autóctone, de aplicação seletiva, do famigerado argumento do “level playing field”, literalmente campo de jogo plano, usado reiteradamente pela diplomacia comercial norte-americana contra os interesses de economias em desenvolvimento, tais como o Brasil. O que o governo vai responder quando a argumentação sobre isonomia for utilizada pelos nossos parceiros comerciais desenvolvidos com relação a, por exemplo, condições de trabalho, ou padrões ambientais? De qualquer forma, a ênfase em isonomia competitiva conflita frontalmente com a preferência revelada mais recentemente pelo governo em escolher setores e projetos premiados.

A muitos eleitores potenciais do presidente, o mero bloqueio de candidatos que não têm compromisso com a estabilização, ou proposta econômica alternativa com credibilidade mínima, parece insuficiente como justificativa de voto. Seria, entretanto, ilusório, dadas as características do jogo político, supor que o programa para o segundo mandato possa incluir compromissos explícitos com as políticas essenciais à consolidação da estabilização. Mas, a credibilidade das políticas efetivamente adotadas no segundo mandato depende crucialmente da natureza das concessões adicionais feitas nos meses até as eleições.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.